

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 169

Período: 14/05/05 a 20/05/05

Franca – Brasil

- 1 – **Soldo Militar I:** Presidente da República anuncia que soldo militar será reajustado somente quando a economia se recuperar
- 2 - **Soldo Militar II:** STF sustenta reajuste dos soldos militares
- 3 – Morte de civil em quartel provoca reações no governo
- 4 – Empresas privadas colaboraram com o regime militar
- 5 – Ossada de guerrilheira brasileira é encontrada no Chile
- 6 – Presidente francês faz proposta formal para negociar venda de caças Mirage à FAB
- 7 – Nova proposta amplia Conselho de Segurança
- 8 – Sem-terras apóiam reajuste dos militares
- 9 – Companhia portuguesa quer 20% da Varig
- 10 – Acidente em porta-aviões da Marinha matou militar
- 11 - Governo revisará pensão militar de ex-capitão do Exército
- 12 - Marinha e Aeronáutica desativam os hospitais de campanha no Rio de Janeiro
- 13 - Militares envolvem-se em suposta tentativa de extorsão nos Correios

Soldo Militar I: Presidente da República anuncia que soldo militar será reajustado somente quando a economia se recuperar

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu-se com o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, e com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para declarar que a segunda parcela do reajuste dos soldos militares, prometida no ano passado, não será concedida enquanto a economia brasileira apresentar baixo crescimento. O Comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, o tenente-brigadeiro-ar Astor Nina de Carvalho Netto, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, e o almirante Nilton Cardoso, vice-chefe do Estado Maior da Marinha, estavam presentes na reunião e, como resposta à negativa do aumento, ouviram a justificativa de que a proposta de reajustes dos servidores do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas também foi negada, devido à falta de recursos. O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que na mesma reunião foi tratado o repasse de recursos para projetos da área militar, entre eles a reestruturação das Forças Armadas. Entretanto, nenhuma proposta concreta foi feita. Ainda de acordo com o *Estado*, os militares saíram da reunião “decepcionados” com a falta de expectativa sobre quando serão pagos os 13% de aumento restantes, que foram prometidos para março deste ano. Além disso, o jornal declarou que a demora em solucionar o problema está provocando um desgaste desnecessário, já que os comandantes militares preocupam-se com a deterioração das relações entre suas corporações e o governo. Na tentativa de acalmar a tropa, o general Albuquerque declarou no Informativo do Exército que apesar da impossibilidade de reajuste no momento atual, o Presidente da República determinou à área econômica que continue a buscar soluções para a questão. A nota ainda dizia que o Exército confia na sensibilidade das autoridades da área econômica para encontrar uma solução para esse grave conflito. (Folha de S.

Paulo – Brasil – 14/05/05; Jornal do Brasil – Brasil – 14/05/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/05/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/05/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/05/05).

Soldo Militar II: STF sustenta reajuste dos soldos militares

Segundo o jornal *O Globo*, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou o direito de os militares receberem, de forma integral, o reajuste de 28,86% concedido aos civis em 1993. Neste ano, o governo federal determinou que o índice de reajuste seria pago por inteiro a patentes elevadas, mas que a maioria dos militares receberia percentuais menores, de acordo com a hierarquia ocupada. Devido a tal fato, aqueles que se sentiram prejudicados com o escalonamento entraram com ações e venceram o julgamento realizado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, com sede em Brasília, capital federal brasileira, fazendo com que os desembargadores ordenassem que a União pagasse a diferença do reajuste aos militares que receberam apenas parte dos 28,86%, com juros de mora de 0,5% ao mês. Perante tal obrigação, a União recorreu duas vezes ao STJ e foi derrotada, uma em dezembro de 2003 e outra no dia 19 de maio de 2005. No entanto, o Ministério da Defesa informou, através da assessoria de imprensa, que não cumprirá a decisão até que terminem as possibilidades de recurso. Além disso, as ações dos militares pleiteando o direito a receberem a integralidade do reajuste ainda aguardam julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF). (*O Globo – O País – 20/05/05*).

Morte de civil em quartel provoca reações no governo

Segundo o jornal *O Globo*, a morte de um homem dentro de um quartel do Exército, em Triagem, no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, provocou reações no governo e em grupos de defesa dos direitos humanos. Segundo *O Globo*, um laudo apresentado por um dos principais telejornais do país (*Jornal Nacional*) afirma que a vítima foi assassinada. O jornal informou também, que após assistir à reportagem, o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Niranda, disse que a morte do vigilante Evandro Alves não deveria ser investigada apenas pela Justiça Militar. O vigilante foi preso porque teria tentado pular o muro do quartel. No dia seguinte, foi encontrado morto, enforcado na grade da cela. Um laudo feito pela Polícia do Exército afirma que o vigilante se matou. Contudo, de acordo com os peritos do Hospital Central do Exército, que fizeram o laudo cadavérico, a vítima, já morta, foi amarrada pelo pescoço a uma corda pelos militares do quartel, para simular que tinha cometido suicídio por enforcamento. Além disso, o perito-legista Levi Miranda afirmou que o exame cadavérico traz outros elementos que podem derrubar a versão de suicídio. Conforme o Ministério Público Militar, encarregado da investigação, a hipótese mais provável para o motivo do assassinato é uma rixa entre Alves e um militar, que no dia 11 de fevereiro de 2005 teria abordado Alves e levado-o para dentro do quartel. Segundo o grupo "Tortura nunca mais" é a primeira vez desde o final da ditadura militar, em 1985, que se ouve falar da morte de um civil em um quartel do Exército. O grupo informou também que na época do regime militar, a versão de suicídio era usada, com freqüência, para justificar a morte de presos. Segundo o jornal, a família de Evandro entrará na justiça contra o

Exército. Para Nilmário Miranda, a família do vigilante tem direito a uma indenização porque o mesmo estava sob custódia do Estado. O Ministério da Defesa não quis comentar o caso. (O Globo – Rio – 15/05/05; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/05/05).

Empresas privadas colaboraram com o regime militar

Segundo o jornal *O Globo*, diversas empresas, entre elas a Volkswagen, General Motors, Chrysler, Firestone, Philips e Constanta (posteriormente integrada ao grupo Philips) tinham relações diretas com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) da região do ABC paulista. Segundo o jornal, chefes das seções de segurança interna dessas indústrias queriam acelerar o funcionamento de um Grupo de Trabalho (depois chamado Centro Comunitário) que serviria de cobertura à colaboração entre empresas privadas do ABC paulista, o Dops e o Exército. O jornal informou, que segundo documentos descobertos no Dops paulista, a cooperação entre empresas privadas e a ditadura militar foi permanente, intensa e quase sempre discreta. Outros papéis foram localizados em arquivos públicos e particulares de São Paulo, Buenos Aires e Washington. Segundo documentos fornecidos ao jornal pelo historiador Antonio Luigi Negro, a colaboração com o regime ditatorial ultrapassava as doações em dinheiro e em produtos (carros, refeições, etc.). Todas as empresas citadas negaram ou alegaram desconhecimento de qualquer tipo de atividade neste sentido. O jornal apontou também que na Argentina casos semelhantes aconteceram. (O Globo – O Mundo – 15/05/05).

Ossada de guerrilheira brasileira é encontrada no Chile

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, o governo brasileiro anunciou oficialmente neste dia 15 a identificação dos restos mortais da desaparecida política Jane Vanini, morta em 1974, no Chile, pela ditadura de Augusto Pinochet. Segundo os jornais, Vanini foi assassinada e enterrada pela repressão chilena em Concepción, a cerca de 500 km ao sul de Santiago, capital do Chile. O secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, disse que a ossada foi encontrada pelo governo chileno há algum tempo (porém, não soube precisar a data) e identificada somente no último dia 12 por meio do exame da arcada dentária. A pedido da família os restos mortais de Vanini devem ser transportados para a sua cidade natal, Cárceres, no estado de Mato Grosso. No início dos anos 60, Jane Vanini ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighela. Condenada à prisão pela ditadura brasileira, Vanini se exilou no Chile em 1971, onde também passou a ser perseguida após o golpe militar chileno. O governo chileno já havia reconhecido sua responsabilidade no desaparecimento da brasileira e, desde 1994, paga pensão à família. Segundo Nilmário Miranda, dos brasileiros perseguidos pela ditadura, 160 estão desaparecidos e, provavelmente 12 podem ter morrido na Argentina e no Chile. Entre os desaparecidos no exterior, apenas três tiveram seus corpos identificados, sendo que a identificação de Vanini é o quarto caso. O secretário de Direitos Humanos ressaltou a importância desta identificação para o Brasil e para a história das ditaduras da América do Sul. (Folha de S. Paulo – Brasil – 16/05/05; Jornal do Brasil – Brasil – 16/05/05; O Globo – O País – 16/05/05).

Presidente francês faz proposta formal para negociar venda de caças Mirage à FAB

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo da França está tratando diretamente com o governo do Brasil a venda de 12 a 16 caças supersônicos do tipo Mirage 2000, série 5, por pouco mais de 50 milhões. O presidente francês Jacques Chirac e o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva já teriam tratado do assunto de forma preliminar há dois meses. Segundo o jornal, no dia 14 de julho o Presidente Lula irá a França, como chefe de Estado convidado, para a solene parada militar do Dia Nacional da França. Nesta data, um gesto de marketing diplomático é esperado; especula-se sobre um sobrevôo do Mirage 2000-5 com as cores da Força Aérea Brasileira (FAB). O esforço francês não visa somente o acordo com os Mirage 2000-5, mas também o futuro fornecimento dos novos supercaças Rafale, produto da empresa Dassault, cujo preço unitário da configuração de exportação oscila entre US\$ 50 milhões - cotação para exportação de 100 caças para Cingapura - e US\$ 70 milhões, no arranjo mais avançado, equivalente ao especificado pela Defesa da França. Os caças Mirage 2000-5 do acordo são usados e seu processo de modernização pode levar ao custo final do lote para 100 milhões, com prazo de 15 anos de financiamento.

O *Estado* informou também que o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luis Carlos Bueno, esteve no último dia 12 na Coréia do Sul, avaliando as possibilidades de acordos de cooperação bilateral com este país. A empresa Korean Aerospace Industries (KAI) apresentou ao brigadeiro Bueno o supersônico de treinamento T-50 (Águia Dourada). Que pode vir a ser estudado como um dos candidatos à substituição - por volta de 2010 - dos velhos subsônicos Xavante de ataque ao solo. O jornal ainda destacou que uma das ofertas de negócio com aviões usados que estavam em estudo - a compra de 12 F-16A Falcon desativados em 1994 pela aviação da Bélgica e mantidos em ótimo estado de conservação não poderá ser mais cotada. Depois de esperar por muito tempo a definição de eventuais clientes como a FAB e a aviação da Venezuela, a administração belga decidiu remover os caças para o centro logístico de Roucour onde serão desmontados. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/05/05)

Nova proposta amplia Conselho de Segurança

De acordo com a *Folha de São Paulo*, o Brasil apresentou na Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com a Alemanha, a Índia e o Japão, sua proposta de resolução para a reforma do Conselho de Segurança. A proposta consiste na criação de seis novos integrantes permanentes, dois países africanos, dois asiáticos, um da América do Sul e um da Europa, além de outros quatro países não permanentes. Para a resolução ser aprovada são necessários os votos de dois terços dos 191 países que compõem a Assembléia Geral da ONU. Segundo *O Estado de S. Paulo*, diplomatas e altos funcionários americanos advertiram que os Estados Unidos não apoiarão a ampliação dos membros permanentes do Conselho de Segurança caso seja exigido o direito de veto que os atuais cinco permanentes possuem. O jornal *O Globo* afirmou que Brasil, Japão, Alemanha, Índia e Paquistão têm realizado um intenso esforço diplomático para consolidar a candidatura ao Conselho de Segurança. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/05/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/05/05; O Globo – O Mundo – 17/05/05).

Sem-terras apóiam reajuste dos militares

O jornal *Folha de S. Paulo* informou, que em um ato no qual cerca de 15 mil sem-terra homenagearam os policiais rodoviários que escoltaram a marcha entre Goiânia e Brasília, o Movimento Sem-Terra (MST) cobrou do governo o reajuste aos militares, vetado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST, afirmou que, além do assentamento de 430 mil famílias, a marcha visa fortalecer a carreira e os salários dos servidores públicos. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, entre as exigências do MST estão a defesa da Amazônia e a retirada das tropas do Haiti. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 17/05/05*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/05/05*).

Acidente em porta-aviões da Marinha matou militar

Um acidente na manhã de terça-feira (16) envolveu o porta-aviões São Paulo, de propriedade da Marinha que é o único exemplar deste tipo em atividade no Brasil, tendo capacidade para 1.030 tripulantes e podendo transportar até 37 aeronaves. O acidente causou a morte do terceiro-sargento Anderson Fernandes do Nascimento e feriu outros dez militares, segundo informou a *Folha de S. Paulo*. De acordo com o jornal, a embarcação fazia exercícios no litoral do Rio de Janeiro, à cerca de 20 km ao sul da ilha Rasa, quando um vazamento de vapor provocou queimaduras e intoxicação nas vítimas. O *Globo* relatou que acidente decorreu do rompimento da tubulação de vapor numa das praças de máquinas da embarcação. Este mesmo jornal noticiou que o deputado Jair Bolsonaro (Partido Popular), classificado pelo periódico como representante dos militares no Congresso, afirmou que, apesar de ser relativamente novo, o porta-aviões enfrenta, a exemplo de outros setores das Forças Armadas, a falta de reposição de peças. Ele também disse que a desmotivação dos militares em decorrência da falta do reajuste salarial prometido pelo governo pode ter contribuído para o acidente. Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Servidores Civis nas Forças Armadas (Sinfa-RJ), Jaime de Bona, a maior parte da manutenção em navios, submarinos, embarcações e equipamentos da marinha é feita por empresas terceirizadas, que empregam profissionais sem a qualificação necessária. Izidro Paes Leme, vice-presidente da Associação dos Servidores Civis da Marinha (ASCM), também concorda que a terceirização de tais serviços, utilizada também no São Paulo, aumenta os riscos de acidentes como o ocorrido devido às mesmas questões de qualificação referidas por Jaime de Bona. O relações-públicas do I Distrito Naval, capitão-de-corveta Carlos Alberto Macedo Júnior, respondeu às denúncias dizendo que a Marinha jamais deixaria de fazer a manutenção adequada em qualquer navio, além de que há um controle rigoroso em tais tarefas. Disse ainda que somente um inquérito policial-militar poderá dizer as causas do acidente. No dia seguinte ao acidente, servidores civis das Forças Armadas fizeram uma passeata de protesto com apitação no centro do Rio de Janeiro, que paralisou o trânsito por mais de uma hora. Eles também relacionaram a causa do acidente à terceirização despreparada e precária. No entanto, o principal objetivo do protesto, segundo *O Estado de S. Paulo*, era reivindicar por reposições salariais de 18% para os servidores civis e planos de carreira que incorporem gratificações e complemento no salário-base. Se tais exigências não forem atendidas, há a ameaça dos servidores civis da Marinha entrarem em greve, a partir do dia dois de junho, por tempo indeterminado, como colocou o *Jornal do Brasil*. A Marinha

ainda não se pronunciou sobre o protesto. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 18/05/05; Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 18/05/05; Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 19/05/05; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/05/05; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/05/05; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/05/05; O Globo – Rio – 18/05/05; O Globo – Rio – 19/05/05).

Governo revisará pensão militar de ex-capitão do Exército

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça autorizou a revisão do valor da pensão militar da viúva de Luiz Carlos Prestes, Maria do Carmo Ribeiro, e das quatro filhas do casal. Depois da morte de Prestes, em 1990, Ribeiro passou a receber uma pensão equivalente ao soldo de capitão, referente à patente que Prestes ocupava quando foi expulso do Exército, em 1936, por ter liderado a Intentona Comunista, que tentou derrubar o então presidente Getúlio Vargas. Recentemente, a viúva pediu a revisão da pensão e a elevação do valor desta para o equivalente ao soldo de general-de-exército. A comissão negou o pedido, afirmando que ele só teria alcançado tal patente se fosse nomeado por ato do Presidente da República e, assim, promoveu-o ao posto de coronel. A partir disso, a pensão corresponderá ao que ganha um general-de-brigada, que pode chegar a nove mil reais com adicionais, pois, de acordo com o relator do pedido de revisão e presidente da Comissão, Marcello Lavenère, a viúva e as filhas do casal têm direito a pensão igual ao que Prestes teria recebido no fim da carreira, com as vantagens inerentes. O valor da indenização será calculado pela Comissão, constará de portaria a ser assinada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e caberá ao Ministério da Defesa fazer o pagamento. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/05/05; Jornal do Brasil – Brasil – 20/05/05; O Globo – O País – 20/05/05).

Marinha e Aeronáutica desativam os hospitais de campanha no Rio de Janeiro

Os Hospitais de Campanha da Marinha e da Aeronáutica, montados na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, em março deste ano, após o governo federal determinar intervenção na saúde, encerraram no dia 20 de maio suas atividades. De acordo com o Ministério da Saúde, isso foi possível porque alguns postos de atendimento serão ampliados. Segundo a *Folha de S. Paulo*, durante o período em que estiveram instalados, o hospital da Aeronáutica atendeu cerca de 10.217 pessoas e o da Marinha distribuiu cerca de 18 mil senhas. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/05/05; Jornal do Brasil – Cidade – 20/05/05).

Militares envolvem-se em suposta tentativa de extorsão nos Correios

Como apresentado pela *Folha de S. Paulo*, o comandante militar Arlindo Gerardo Molina, também consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no estado do Rio de Janeiro, foi apontado pelo presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deputado Roberto Jefferson, como um dos responsáveis pela gravação em vídeo da suposta tentativa de extorsão nos Correios. Segundo Décio Freire, advogado da FGV, o tipo de consultoria prestada por Molina, é em planejamento, organização e método, em razão de sua formação militar. Outro militar foi apontado por Jefferson, o coronel

Fortuna, que, segundo o deputado, teve um contrato de R\$ 35 milhões revogado com os Correios. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/05/05).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil*** é uma produção do ***Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)*** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Alexandre K. Yasui Matsuyama, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP), Carla Rubacow, Guilherme Miranda, Juliana Bigatão, Liliam Ane Cavallieri da Cruz, (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.